

ESCRITAS Vol. 9 n. 2 (2017) ISSN 2238-7188 p. 168-193

---

**ESTADO E POVOS INDÍGENAS NO PARAGUAI DO SÉCULO XIX**  
***STATE AND INDIGENOUS VILLAGES IN PARAGUAY IN THE 19th***  
***CENTURY***

Ignacio Telesca<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho reflete sobre o Paraguai, em meados do século XIX, anterior à Guerra. O objetivo geral é compreender a sociedade paraguaia e a conformação do Estado, problematizando as posições assumidas no governo de Carlos Antonio López para entender a complexidade da sociedade paraguaia do período. Para este propósito, um estudo de caso é abordado: o decreto de supressão dos Pueblos de Indios em 1848. Por um lado, o Estado é visto como uma instituição em ação e, por outro, se busca mostrar como essa visão desde o topo se estilhaça quando se analisa os atos do Estado a partir do vida diária dos afetados e de suas relações com a autoridade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Paraguai; Aldeamentos; Estado; Resistência.

**ABSTRACT:** The following work wants to reflect on Paraguay in the mid-nineteenth century before to the Triple Alliance War. The general objective is to comprehend Paraguayan society and the formation of the State. It pretends to explain the positions assumed in the government of Carlos Antonio López to understand the complexity of society in this period. To achieve this, it is addressed a case study which is the decree of suppression of the Pueblos de Indios in 1848. On one side, the State is seen as an institution in action, and on the other one, it seeks to show how that vision from above is broken down when the actions of the state are analyzed from the daily living of the affected ones and their relationships with authority.

**KEYWORDS:** Paraguay; Indigenous Villages; State. Resistance.

### **Introdução**

Depois da morte do Doutor Francia, que governou o Paraguai entre a independência em 1811 e 1840, teve início um processo de complexificação da estrutura social (burocracia, justiça, educação e igreja). No entanto, um real crescimento econômico, controlado pelo Estado, não vai ocorrer até que a Confederação Argentina reconheça a independência do Paraguai em 1852 e possibilite a navegação dos rios Paraná e Paraguay. O Estado era dono das plantações de mate e das florestas e, por isso, sua exploração apenas podia ser realizada

---

<sup>1</sup> Doutor em Historia pela Universidade Torcuato di Tella (Argentina), graduado e mestrado em Historia pela University of Oxford. Pos-doutor na Universidad de Colonia (Alemania) como Fellow de la Fundación

sob consignação estatal, que comprava a madeira e a erva mate e as exportava (WILLIAMS, 1979; PASTORE, 1994; ARECES, 2014).

Os ganhos advindos dessas atividades econômicas, além de beneficiar uma certa elite ligada à família presidencial, foram investidas na organização de empreendimentos como a construção de um estaleiro, um arsenal, uma fundição de ferro, a rede de telegráfica e a ferrovia. Para a realização dessas obras, estrangeiros – sobretudo ingleses - foram contrados para ocupar os cargos de direção, para o trabalho, foi usado o velho sistema colonial de trabalho forçado formado a base de preso-soldados-escravizados (RIVAROLA, 1994).

A compreensão do Paraguai anterior à Guerra do Paraguai (Argentina-Brasil-Uruguai contra Paraguai, 1864-1870) foi tema de disputa entre os intelectuais paraguaios do pós-guerra. Em 1897, Blas Garay definira o governo de Carlos Antonio López (1844-1862) como a “idade de ouro” da história paraguaia: potência econômica e militar. Estas ideias foram retomadas no primeiro grande debate historiográfico sobre o tema e que teve Juan E. O’Leary e Cecilio Báez como protagonistas (BREZZO, 2008).

De acordo com Brezzo (2008), a perspectiva de O’Leary saiu vencedora do debate e, nas mãos dos governos autoritários de Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989) ela se hegemonizou. Isso pode ser percebido pelo fato de que Stroessner tornou O’Leary o historiador oficial do Estado paraguaio além de haver inaugurado um busto de O’Leary na praça central de Assução em 1 de março de 1955. A praça até hoje leva o nome dele (CAPDEVILA, 2010).

Com a intenção de caracterizar o governo de López como a origem do Estado moderno ou pelo menos a sua “primera modernización”, uma das obras clássicas sobre esse período tem por título “*Carlos Antonio López obrero máximo: labor administrativa y constructiva*” (PÉREZ ACOSTA, 1948).

Mesmo que nos últimos anos a historiografia (dentro e fora de Paraguai) esteja se renovando, aspectos significativos do período ainda precisam ser investigados, destaque para os temas da história econômica e do estado lopista. Tradicionalmente, assume-se que o Doutor Francia foi uma figura chave para o estabelecimento do Estado e que López o modernizou. No entanto, essa é uma questão controversa, começando por perguntar: Que tipo de Estado foi estabelecido? E, por fim, no que consistiu tal modernização?

Em 1848, Carlos Carlos Antonio López aboliu os aldeamentos<sup>2</sup> (sua existência remontava ao século XVI) e torna os indígenas cidadãos, ou seja, a partir dessa data não havia

---

<sup>2</sup> No Paraguai o termo usado era “Pueblo de Indio.”

mais indígenas no Paraguai. Duas possibilidades de análises se abriram a partir do decreto: o que ele significou para o Estado e o como os indígenas vivenciaram essa supressão.

Assim, o presente texto não tem maiores intenções do que levantar um estudo de caso que abre o debate em diferentes direções. Gostaria de dividir esta exposição em três momentos: primeiro, compartilhar brevemente o debate historiográfico que foi gerado a partir do Decreto de Supressão dos aldeamentos, depois, tentar conhecer as razões que levaram Carlos Antonio López a tomar tal decisão e, finalmente, concluir descrevendo a reação indígena frente ao decreto.

### ***Excursus sobre o Estado***

Antes de continuar, é importante falar brevemente do conceito de Estado. Os historiadores tendem a deixar de lado as discussões teóricas, às vezes, a ponto de adotar acepções mais tradicionais ou aquelas que circulam no imaginário da sociedade atual. Não se trata, contudo, de realizar uma ampla discussão teórica e sim aclarar qual é a concepção de Estado que sustenta nossa reflexão e justifica a discussão de um tema como a supressão e/ou a resistência dos indígenas contra tal medida como parte da concretização do Estado no governo de Carlos Antonio López. Torno minha a reflexão de Magdalena López (2012) sobre o mesmo tema quando ela se refere aos estudos sobre a democracia no Paraguai.

As ciências sociais partem, quase infalivelmente, da definição weberiana de Estado, ou seja, a dominação (eminentemente institucionalizada) que detem o monopólio sobre a violência física legítima dentro de um território determinado. Magdalena López complementa essa acepção básica a partir de autores que pensaram a pertinência de tal definição no território latinoamericano. Ela se refere fundamentalmente aos textos clássicos de O'Donnell (2008) e Oszlak (1997). Seguindo O'Donnell, o Estado é

[...] un conjunto de instituciones y de relaciones sociales (la mayor parte de ellas sancionadas y respaldadas por el sistema legal de ese estado) que normalmente penetra y controla el territorio y los habitantes que ese conjunto pretende delimitar geográficamente. Esas instituciones tienen como último recurso para efectivizar las decisiones que toman, la pretensión de monopolizar la autorización legítima de los medios de coerción física, y además pretenden ejercer supremacía en el control de dichos medios, que algunas agencias especializadas del mismo estado normalmente ejercen sobre aquel territorio. (O'DONNELL, 2008, p. 1).

Tendo O'Donnel como ponto de partida, López descreve as quatro dimensões que o Estado possui: um conjunto de burocracias (que lhe fornece eficiência), um sistema legal (que lhe fornece efetividade), uma identidade coletiva (que lhe garante sua credibilidade) e uma série de filtros, reguladores de espaços e fronteiras (que lhe delimita e fornece controle e barreiras físicas). Essas dimensões são complementadas por ela com os “atributos de estabilidade” apresentados por Oszlak:

1) capacidad de externalizar su poder, obteniendo reconocimiento como unidad soberana dentro de un sistema de relaciones interestatales; 2) capacidad de institucionalizar su autoridad, imponiendo una estructura de relaciones de poder que garantice su monopolio sobre los medios organizados de coerción; 3) capacidad de diferenciar su control, a través de la creación de un conjunto funcionalmente diferenciado de instituciones públicas con reconocida legitimidad para extraer establemente recursos de la sociedad civil, con cierto grado de profesionalización de sus funcionarios y cierta medida de control centralizado sobre sus variadas actividades; y 4) capacidad de internalizar una identidad colectiva, mediante la emisión de símbolos que refuerzan sentimientos de pertenencia y solidaridad social y permiten, en consecuencia, el control ideológico como mecanismo de dominación. (OSZLAK, 1997, p. 16).

Resumindo, López (2012) caracteriza o Estado a partir dos seguintes elementos: soberania, território, população, aparato burocrático e governo. Contudo, esses não são elementos estanques, são, ao contrário, inter-relações; também não se restringem às instituições, incluem as relações sociais.

### **O decreto de supressão e sua leitura historiográfica**

No dia 07 de outubro de 1848, o presidente do Paraguai, Carlos Antonio López, decretou a supressão dos vinte e um aldeamentos, tornando os seus habitantes “ciudadanos”.<sup>3</sup> Entre as considerações do decreto afirmava-se, por um lado, que os indígenas haviam sido “humillados y abatidos con todo género de abusos, privaciones y arbitrariedades” e, por outro, que o “régimen de comunidad” “no era compatible con el presente estado de la República”.

Além de tornar os indígenas cidadãos e da supressão dos conselhos, juizes, prefeitos e administradores, o artigo 11 do Decreto declarava “propiedades del Estado los bienes, derechos y acciones de los veintiún pueblos”. Aos prefeitos e empregados dos Cabildos eram ortogados uma pensão em única parcela e as famílias recebiam algum animal ou ferramenta e

<sup>3</sup> Arquivo Nacional de Assunção (ANA), Seção História (SH), Vol. 282.24. Ver Anexo II. Ver mapa com a localização dos “pueblos” no Anexo I.

lhe era concedido a graça de não pagar nem dízimo, nem direitos paroquiais e nem taxa de arrendo por três anos.

Martin de Moussy, autor da obra *Memoria histórica sobre la decadencia y ruina de las misiones jesuíticas en el seno del Plata*, já em 1857, não tinha dúvidas em qualificar o decreto como uma verdadeira “expoliación”. Comparava o Paraguai com uma “gran misión, cuyos mayordomos son el Sr. López y sus hijos, con la diferencia que los socios no están ni mantenidos ni vestidos, ni tienen sobre todo parte alguna en el beneficio personal” (pp. 47-48).

Os exilados paraguaios em Buenos Aires sustentavam a mesma opinião. Em seu Programa de 1858 postulavam “reconocer por justas las reclamaciones que hagan los naturales de los suprimidos pueblos, llamados de indios, a quienes el dictador López ha quitado inhumanamente sus legítimas propiedades” (SCAVONE YEGROS, 2010, p. 429).

Desde meados do século XX, a supressão dos aldeamentos foi tema de debate historiográfico no Paraguai. Carlos Pastore em seu livro *Lucha por la tierra en el Paraguay*, de 1949, sustentava que

[...] ningún acto gubernativo del presidente López caracterizó y expresó tan exacta y acabadamente el carácter del Estado que organizaba como el decreto del 7 de octubre de 1848. Por este decreto se completa la posesión por el Estado de todas las fuentes principales de riqueza del país, se lo habilita para una decidida y amplia política mercantil y se marca una fecha que cierra una época y que da comienzo a una nueva en la historia de la lucha por la tenencia de la tierra en el Paraguay entre los conquistadores europeos y sus sucesores por un lado y los guaraníes y sus descendientes por el otro. (PASTORE, 2008, p. 127).

Pastore propõe que o não outorgamento das terras aos próprios indígenas é um aspecto chave do decreto, pois isso os converteu em mão de obra proletarizada a serviço do Estado e da pequena elite “dominante”.

Em 1963, a partir de uma perspectiva marxista, etapista e tradicional, Oscar Creydt analisava o decreto como uma reforma progressista já que “contribuía a crear las condiciones previas para el desarrollo de las relaciones capitalistas” (CREYDT, 2007, p. 99). De maneira semelhante que Pastore, sustentava que a maioria dos indígenas, agora cidadãos, procurariam trabalhos como diaristas e, dessa maneira, acabaria por levar a assimilação completa dos indígenas pela população mestiça. Para Creydt (2007, p. 100), a supressão dos “pueblos de indios terminó de unificar a la nación suprimiendo definitivamente la división en castas”.

Duas décadas mais tarde, também a partir de uma perspectiva marxista, ainda que de matriz gramsciana, Maurício Schwartzman, seguindo Creydt, mesmo sem citá-lo, afirmava que o decreto de 1848 estabelecia “las bases definitivas para la creación de una población asalariada, desbloqueando el proceso de diferenciación social que estuvo contenido durante la colonia y agudizado en la dictadura del Dr. Francia” (SCHVARTZMAN, 1988, p. 83). A hipótese de Schwartzman era que por não existir ainda no Paraguai uma classe que controlasse a distribuição da terra, o Estado assumira esta função “para transferirla gradualmente a propietarios privados que se transformarán en la clase de los terratenientes” (p. 85).

Para Branislava Susnik (1992, p. 166), “Carlos Antonio López, con su visión económica pragmática, decidió integrar a los guaraníes pueblerinos a la vivencia libre en la sociedad rural y, por otra parte, estatizar a los ‘táva’<sup>4</sup> al nivel de otras poblaciones-partidos nacionales”. Para esta autora, o primeiro passo desse processo havia sido constituído pelo decreto de aposentadoria<sup>5</sup> dos indígenas de 22 de março de 1843 e, então, por volta de 1847, muitos dos aldeamentos tinham já começado “a desintegrarse por la frecuente ausencia de los hombres, sirviendo en los batallones o en las partidas de vaqueros para conducir remesas de ganado al campamento central del ejército” (p. 167). Ao contrário dos autores anteriores, Susnik usa de modo considerável fontes de arquivo concentrando-se nos inventários dos aldeamentos e na aposentadoria de indígenas.

No texto “Paraguay’s Pueblos de Indios”, Thomas Whigham, do mesmo modo, centra-se nas quase 200.000 cabeças de gado que foi apropriado pelo Estado.

Tabela I. Pertences dos aldeamentos de acordo com os inventários

Aldeamentos	Gado	Cabavos	Mulas	Ovelhas	Valor em Pesos
Altos	6.785	179	600	2.187	498
Atyra	10.381	200	361	514	257
Belén	694	92	270	678	130
Caazapá	15.336	1.687	2.868	4.685	526
Carmen	1.510	420	740	520	136
Guarambaré	500	40	107	125	40
Itá	4.715	346	891		1.329
Jesús	946	51	267	238	128
San Cosme	1.935	208	344	1.180	133
San Estanislao	3.528	111	185	2.192	394
San Ignacio	23.575	895	4.973	3.921	694
San Joaquín	653	499		1.434	1.218
Santa María	3.900	457	1.523	9.103	330
Santa Rosa	18.118	638	1.555	398	427
Santiago	1.022	882	3.501	2.614	321
Tobatí	3.808	160	348	641	

<sup>4</sup> Termo Guaraní usado para aldeamento.

<sup>5</sup> A aposentadoria significava que o indivíduo não era mais obrigado a pagar tributos e serviços para o Estado.

Trinidad	259	43	75	40	37
Yaguarón	1.721	3.222		1.000	1.206
Ypané	588	43	80	43	73
Yuty	16.507	1.137	4.782	448	290
TOTAL	116.481	11.310	23.470	31.961	8.167

Fonte: WHIGHAM, 1994, p. 181. As somas totais foram corrigidas.

O autor afirma que por parte do Estado esse foi o valor fundamental cobrado em troca da “cidadania” concedida ao indígenas. No entanto, não é o enriquecimento o objetivo fundamental do Decreto; pelo contrário, ele está enquadrado nas características fundamentais do regime de López: onipresente e autoritário (WHIGHAM, 1995, pp. 180-181).

### As razões do Decreto de 1848

Em 1843, sendo ainda Cónsul, Carlos Antonio López em conjunto com Mariano Roque Alonso haviam decretado a aposentadoria, com remuneração, dos indígenas que por seus serviços e bom comportamento, fossem considerados merecedores. Ficava a cargo dos administradores, prefeitos e conselhos a seleção dos indicados para a aposentadoria.<sup>6</sup>

A documentação que possuímos não nos permite saber se houve alguma outra indicação particular quanto a seleção, nem quantos foram os selecionados nem como se dava esse processo no interior de cada comunidade. O que possuímos é uma lista que detalha todos os aposentados de cada Aldeamento e o que lhes foi dado como remuneração. De modo geral, a remuneração consistia em um lote de terra de aproximadamente seis hectares e de cerca de dez cabeças de gado. Integravam ainda a remuneração dois facões, dois arados e dois eixos além de um guarda-roupa completo. (Ver Anexo III).

Não sabemos porque em aldeamentos como Tobati se aposentaram 41 indígenas e em outros como Itapé se aposentou apenas um. Em Tobatí temos o caso de divisão de terrenos de 13 héctares a 4 indígenas. Nos documentos se afirma: “adjudicando en propiedad para sus labores”. É a única vez que esta expressão é usada. Isso significa que os outros não eram ortogados em regime de propriedade? Também não sabemos, porém intuimos que todos eram outorgados em regime de propriedade. As terras e os animais a eles entregues estavam dentro das suas comunidades, ou seja, as famílias permanenciam, ao menos inicialmente, na mesma comunidade.

Mesmo existindo uma tradição de se aposentar indígenas desde os momentos finais da colônia, os cónsules não especificavam o porque desta medida para com os “indios capaces y

<sup>6</sup> ANA, SH, 256.6

de servicios”, considerando-se que no mesmo ano se declarava também a Lei de Liberdade de Ventres que especificava que aquilo que motivou o governo havia sido “un sentimiento de humanidad”.<sup>7</sup> O Decreto de 1848, como vimos, parte da consideração de “que los indios naturales de los pueblos de del territorio de la República... han sido humillados y abatidos con todo género de abusos, privaciones y arbitrariedades” e que “no es compatible con presente estado de la República... el funesto y ruinoso régimen de comunidad...”.

Portanto, o Governo Supremo “declara Ciudadanos de la República a los Indios naturales de los veintiún pueblos del territorio de la República” (art. 1). Ao mesmo tempo “se declaran propiedades del Estado los bienes, derechos y acciones de los mencionados veintiún pueblos” (art. 11) para o qual manda realizar um pormenorizado inventario (art. 12) e o ressenciamento do número de nativos (art. 13). No mesmo mês publicou-se o decreto em cada um dos aldeamentos realizando-se de imediato o inventário. A maneira que foi usada para publicizar o decreto foi quase a mesma nos diversos aldeamentos e podemos tomar o caso de Carmen del Paraná.<sup>8</sup>

Reuniram-se o prefeito, o conselho e os nativos na praça do povoado. A bandeira nacional (“con la pompa que corresponde”) foi levada até o pé do mastro e se gritou “¡Viva la República del Paraguay!”. Os indígenas responderam “¡Independencia o muerte!”. Então, a bandeira foi içada com uma salva de tiros. Findado este primeiro ato, todos caminharam ao som da música as casas da administração e aí o decreto foi lido: “les fue explicado en idioma nativo” para que “sepan responder a tanta liberalidad conduciéndose de un modo que acrediten su gratitud y patriotismo”. Os indígenas juraram defender e sustentar a independência e integridade da República e o ato terminou com gritos de vivas à pátria e ao presidente. Imediatamente, rumaram à igreja para a missa e lá, do mesmo modo, o padre insistiu no “deber sagrado de cada individuo de defender y sostener los derechos de su madre patria a costa del sacrificio de sus vidas, obedeciendo y respetando para ello la autoridad suprema que la representa”. Ao concluir a missa, mais uma vez, com músicas, se dirigiram a praça onde se entoou o hino nacional e o decreto foi imposto, utilizando todo o poder simbólico disponível.

O Presidente López, ao receber cada um dos inventários, resolvia o que fazer com cada um dos itens inventariados. No que diz respeito ao gado, uma parte era repartida entre as famílias e outra era incorporada às fazendas do Estado. O mesmo acontecia quando existiam

---

<sup>7</sup> ANA, SH, 252.9.

<sup>8</sup> ANA, Sección Río Branco (RB), 522.



na comunidade estoque de *lienzo* ou mesmo ponchos. Estes eram destinados para o vestuário da tropa.

No dia 18 de novembro de 1848, o administrador de Santiago enviou 600 cavalos e 600 bois à Paso de la Patria . No dia 11 de dezembro, foram enviados a partir de San Cosme, Santa María, Santa Rosa, San Ignacio e Santiago, outros 500 cavalos “dejando a las estancias de cada partido lo muy preciso para los servicios ordinarios”.<sup>9</sup>

Um exemplo da redução da quantidade de gado nos “pueblos” pode ser observado no caso de San Ignacio estudado por Capunice Boidin. Em dois anos o número de gado foi reduzido a uma sexta parte da quantidade original. O resto foi incorporado pelo Estado.

Tabela II. Inventário de gado em San Ignacio, 1848-1850

	1848	1850
Gado	23.005	1.166
Éguas	4.973	2.225
Ovelhas	3.921	1.835
Cabavos	895	261
Bois	570	327
Mulas	16	7
<b>TOTAL</b>	<b>33.380</b>	<b>5.821</b>

Fonte: BOIDIN, 2011 p. 223

O fato de o gado ser fundamental nos aldeamentos pode ser observado também pelos dízimos que pagavam. Em 1848, em Santiago, um mês antes do decreto, eram reconhidos 652 novilhas como dízimo, dos quais 325 foram entregues pelos aldeamentos e as 327 restantes pelos 58 fazendeiros da região.<sup>10</sup>

À margem das justificativa que traz o decreto de supressão dos aldeamentos, nossa hipótese sobre a razão do decreto radica centralmente a necessidade de aumentar o exército além, é claro, de a necessidade de fornecer comida a esse mesmo exército.

Em fins de 1847, houve uma série de mudanças na vizinha província de Corrientes, assumindo o poder um governador alinhado a Juan Manuel de Rosas. Isso fez com que a ameaça de invasão do território paraguaio ficasse mais latente ou assim este fato foi percebido por Carlos Antonio López pois este dediciu visitar e controlar as fortalezas do sul.

Segundo o redator de fevereiro de 1848, do jornal *El Paraguayo Independiente* (EPI), o exército era numeroso, mas “debería aumentarse” já que tinha que “guarnecer una frontera de 80 leguas sobre el Paraná” (EPI, n° 72, p. 7). López permaneceu quase dois meses em Paso de la Patria para depois se deslocar até Encarnación e povoados ao redor em abril do mesmo

<sup>9</sup> ANA, SH 407.9 ff. 223.230.

<sup>10</sup> ANA, SH, 407.9 132v.

ano. De acordo com o *Paraguayo Independiente*, em 9 de setembro de 1848, o presidente recentemente havia regressado à capital depois de uma visita que durou quase um ano. (EPI, nº 79, p. 1). No mês seguinte, em 07 de outubro, López apresentou o decreto tornando os indígenas dos 21 “pueblos” cidadãos da República. No mesmo dia, o decreto foi publicado na imprensa.

Já vimos que, de acordo com as indicações dados por Carlos Antonio López, aquilo que não ficava para as famílias, tinha que ser enviado às fazendas do Estado ou diretamente aos acampamentos. No mês seguinte, em 06 de novembro, o presidente López regulamentou o decreto. No terceiro artigo, solicitava ao Chefe de Urbanos<sup>11</sup> organizar “por compañías todos los naturales capaces del servicio activo, con la fuerza en cada una de sesenta individuos”. Esses índios urbanos estariam a cargo de um zelador que também era responsável por controlar as suas famílias “en todo lo tocante a la sujeción, moral y dedicación al trabajo”, de acordo o sexto artigo.<sup>12</sup>

Em dezembro de 1848, quando o administrador de Tobaí envia ao Estado o censo dos habitantes do “pueblos” esclarece que “124 individuos se hallan en los servicios militares en la Villa de la Encarnación”.<sup>13</sup>

Isso significa que a apropriação de terra e bens dos “pueblos” por parte do Estado deve ser tomada como um ponto de partida denominado por Marx como acumulação primitiva? Poderíamos iniciar uma discussão quase sem fim, porém coloco os seguintes questionamentos: o modo de produção capitalista está surgindo no Paraguai de então? Ou seja, ocorreu algo parecido a isso? Por outro lado, apesar do que afirmam os autores citados, não houve proletarização dos indígenas, nem proletarização rural, fundamentalmente porque a maioria da população era composta de minifundiários e arrendatários. Podemos discutir o papel do soldado-camponês ou camponês-soldado, mas nós todos sabemos que isso vinha sendo feito desde inícios do século XVIII, ainda que não nos níveis que claramente se fez durante os governos de Doutor Francia e dos López. Do mesmo modo, não podemos lançar mão do argumento do autoritarismo lopista nem, como assinala Whigham, de um desejo *omniabarcante*. Não é que Carlos Antonio López tivesse atitudes autoritárias, porém o simples fato de lançar esse argumento sem contextualizá-lo em um conjunto de situações significa subestimar o regime e a população e não procurar uma explicação da realidade.

---

<sup>11</sup> Autoridade civil com funções militares.

<sup>12</sup> ANA, SH, 282.29.

<sup>13</sup> ANA, SH, 410.5, f. 31r.

Não podemos esquecer que Rosas ainda não havia reconhecido a independência do Paraguai e insinuava constantemente através da imprensa o desejo de recuperar a unidade do antigo Vice-reinado. Para Carlos Antonio López, uma invasão do território paraguaio por parte das forças rosistas e aliados correntinos era mais que factível e não uma mera hipótese de combate. Por esta razão, ele não mediu esforços para fortalecer as fronteiras.

Não se pode esquecer que a partir do governo consular começou-se a experimentar a instauração do que poderíamos chamar de um Estado moderno, com uma complexificação da burocracia estatal, uma nova lei que regulava a administração política da República do Paraguai, além de uma outra lei que regulava a nomeação de juizes e empregados na administração judiciária. Foi criado ainda o boletim oficial, o *Repertorio Nacional*; foram organizados os dízimos e sua cobrança; foram abertos centros de educação para os jovens. Mesmo com todas essas ações, a independência do Estado Paraguaio não estava garantida.

### **A reação indígena**

As reações indígenas frente a esse Decreto foram pouco estudadas. A exceção a essa regra é o trabalho de Whigham que afirma que “ellos [los indígenas] se juntaron con la masa de los paraguayos casi sin un gemido. No hubo levantamientos, como en 1750, ni siquiera una protesta” (WHIGHAM, 1995, p. 181). Essa afirmação traz à memória o parágrafo final de um célebre texto de Juan Carlos Garavaglia sobre as missões jesuítas. Ele refletia sobre a aculturação do guaraní por parte dos jesuítas e usava como exemplo eventos ocorridos depois a expulsão. Concluía Garavaglia:

[...] pero en ningún momento tuvieron la posibilidad de una resistencia organizada ante el asalto del que eran objeto. La experiencia fue languideciendo durante más de cincuenta años... Era evidente que los indígenas no tenían armas para defender algo que no podían considerar como propio. Era obvio que hacía mucho tiempo que eran unos derrotados y unos vencidos. (GARAVAGLIA, 1987, pp. 179-180).

Isso aconteceu dessa maneira? No que diz respeito aos aldeamentos que pertenciam à jurisdição de Buenos Aires e àqueles que pertenciam à Assunção foram observadas diferenças notáveis. De fato não houve nenhum “comandante Andresito<sup>14</sup>”, nem seus apelos parecem ter cruzado o Paraná assim como as proclamações de Belgrano não parecem ter gerado nenhuma adesão entre os aldeamentos do Paraguai.

<sup>14</sup> Andrés Guazurari (1778-1821), indígena guaraní que combateu com o general Artigas e que foi governador da Provincia das Misiones.

A independência de 1811 não significou mudanças significativas para os aldeamentos. Eles continuaram com a mesma estrutura e a única melhora que experimentaram foi a supressão do imposto anual. Da mesma maneira que durante a colônia, os indígenas eram solicitados para trabalhar para o Estado, seja nas fazendas, seja como músicos, seja nas milícias.

Os aldeamentos, aos poucos, receberam ‘arrimados,’ famílias camponesas que vinham trabalhar na terra pertencente aos aldeamentos com a permissão dos administradores. A importância quantitativa da presença dessa população forasteira, como as fontes as classificam, está clara no caso do censo realizado em 1846 por ordem do governo. No único aldeamento onde registros indígenas sobreviveram, Caazapá, a “población blanca y de color” superaba a los “naturales” en una relación de 5 a 1 (4.447 frente a 865).<sup>15</sup>

A realidade da presença não indígena, somada a ausência dos varões indígenas nos aldeamentos, levou a Susnik considere o decreto de 1848 como um *fait accompli*.

Não houve nenhuma reação ou sublevação coletiva por partes das comunidades frente ao Decreto de 07 de outubro. Como historiador, eu me sinto tentado a focar as continuidades que existem entre o antes e o depois de 1848 para os aldeamentos ou inclusive avançar mais no passado e constatar que desde a expulsão dos jesuítas em 1767/8. Não houve nenhum tipo de levantamento indígena assim como também não houve, nem a favor nem contra, durante o processo independentista como ocorreu ao sul do Paraná onde estava o exército comandado por Andresito sob ordens de Artigas.

Nesses anos, houve levantamentos em outras partes da América do sul como, por exemplo, a chamada “rebelión de los iquichanos” no Peru estudada por Cecilia Méndez. Pode-se citar ainda o levantamento dos resguardos indígenas na Colômbia em meados do século XIX, quando o Estado liberal queria suprimi-los e converter todos os indígenas em cidadãos (cfr. FLÓREZ BOLÍVAR, 2009).

No Paraguai republicano não ocorreram este tipo de levantamentos. E por que deveriam ocorrer? Seria possível perguntar. De fato, a população em si mesma foi pouco afetada. Ela seguiria trabalhando em um pedaço de terra, agora arrendada pelo Estado, porém sem a necessidade de pagá-la de modo imediato, a vida religiosa e educativa continuaria funcionando do mesmo modo que antes e as contribuições dos indígenas ao exército, como milicianos ou como trabalhadores das fazendas, permaneceriam iguais. Os que podiam ter

---

<sup>15</sup> ANA, Sección Nueva Encuadernación (NE), 3297, ff. 121-144.

sido afetados, isto é, os membros do conselho e os prefeitos, receberam uma pensão especial fornecida pelo Estado.

No entanto, a documentação existente coloca em evidência aquilo que James Scott chama “formas cotidiana de resistencia” (2010, p. 223). Uma delas, a fuga, que certamente não era nova e sim uma forma comum de resistência cotidiana no Paraguai. O que talvez tenha sido a novidade para as comunidades, mesmo antes do decreto de supressão, foi a violenta repressão sobre aqueles que fugiam.

No aldeamento de Carmen, em 1843, seria possível testemunhar uma onda considerável de fugas. O aldeamento havia sido recentemente transferido e em agosto muitos dos indígenas fugiram, aproveitando-se também da pouca distância em relação ao Rio Paraná.<sup>16</sup> Os cônsuls, como primeira medida, decidiram substituir o administrador. No entanto, o novo funcionário não teve melhor sorte e em 9 de outubro, ele foi avisado da fuga de outros tantos indígenas, entre eles três músicos e um aprendiz de ferreiro. Quando capturados, um dos músicos resistiu e foi morto à lança. Como reação, os cônsuls mandaram castigar os homens e mulheres capturados com cem chibatadas e quarenta chibatas, respectivamente. Os primeiros a serem afetados pela nova regra, também foram expulsos do aldeamento, sendo enviados à prisão em Assunção.<sup>17</sup> Esse castigo foi aplicado a todos que fugirem, como forma de manifestar o desagrado do governo com a situação “después de cuanto se ha hecho por mejorar la suerte de los indios”.<sup>18</sup>

A ameaça dos cônsules pareceu não haver surtido muito efeito. Primeiro em 1845 e depois em 1847, o administrador Mariano Centurión denunciava a fuga de onze indígenas. López, então já presidente, ordenou que o prefeito se dirigisse à Assunção para dar contas da situação “siendo ya muy repetidas las fugas de esos indios al exterior” e exigiu do administrador que não omitisse “encargo ni diligencia alguna para la captura de los prófugos”.<sup>19</sup> O castigo se repetiu com dois capturados deste caso: chibatadas, prisão e trabalho nas obras públicas. O furto e não apenas a fuga era castigada dessa maneira. Em 1853, trinta chibatadas e trabalho nas obras públicas foi o castigo recebido pelo indígena, já considerado “cidadão”, por ter matado uma vaca pertencente ao Estado

O que ocorria em Carmen não era uma exceção. A pesquisa revelou que em 1848, em Tobatí, havia 55 fugitivos.<sup>20</sup> O administrador de Santiago se queixava de Pedro Ríos. Este não

---

<sup>16</sup> ANA, SH 373.4.

<sup>17</sup> ANA, SH 257.6.

<sup>18</sup> ANA, SH 257.6.

<sup>19</sup> ANA, Sección Civil y Judicial (SCJ), 1582.3

<sup>20</sup> ANA, SH 410.5 f. 31.

queria trabalhar na fazenda na qual pegava os cavalos e ia “vagabundear.” Ríos afirmava “que ninguno podría sujetarlo, que él a la hora que quisiese iría donde quisiese sin que a nadie ande pidiendo licencia”, e o administrador reconhece que “en efecto, así lo hizo”. Outros indígenas “apenas son apurados a algunas faenas públicas cuando se excusan por enfermos y bajo este pretexto se dejan estar en sus ranchos y al cabo después de haber fingido largas enfermedades, no son encontrados y sin poderse saber su paradero”.<sup>21</sup>

Carlos Antonio López mandou que Ríos fosse castigado com 50 chibatadas, “con prevención de que igual castigo se dará en adelante a cualquier peón de las estancias del Estado que en lugar de sujetarse al servicio y a la subordinación debida a los capataces quiera tomarse la licencia de mandarse a mudar”.

No que diz respeito aos que se negavam a serviço público nas fazendas, a não ser no caso de doença e, claro, fuga,

[...] creyendo que no podrán ser castigados por la ciudadanía que el gobierno les acordó al suprimir las comunidades se les hará saber que el mayordomo está facultado para castigarlos públicamente... para que vean y sepan que esa atribución honrosa de ciudadanos no ha sido para abusar de ella con la insolencia denunciada”.<sup>22</sup>

O administrador levou a indicação dos cônsules a sério e, por volta de janeiro de 1852, ele enviou 30 indígenas para a cadeia na capital.

A situação não mudou muito e, em abril de 1845, Carlos Antonio López prorrogou a entrada em vigor do pagamento por parte dos indígenas dos dízimos que incidia sobre as frutas (tinha que ter começado a pagar em 1851). No ano seguinte, o prorroga de novo, agora por três anos e 1862, como sabemos, os indígenas não pagavam o arrendo sobre a terra.

Os comentários do presidente sobre tal situação expressam sua frustração e deixam claro o descompasso entre o governo e os habitantes dos antigos aldeamentos. Por um lado, o governo, de acordo com o presidente, fez todo o esforço para “mejorar la educación e inspirarles sentimientos de honor y aplicación al trabajo”, porém, por outro, ele encontrou-se com “el mayor desagrado la inaplicación de esa gente al trabajo... su obstinación a la ociosidad y al robo de ganados y sembrados a punto que ha sido menester confinar en las villas de costa arriba en calidad de pobladores a muchas familias de ladrones cuatreros incorregibles”.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> ANA, SH 407.9.

<sup>22</sup> ANA, SH 407.9.

<sup>23</sup> ANA, NE 3024.

O mesmo se dizia dos soldados indígenas (então, ainda se usa a expressão) que do mesmo modo teriam a inclinação ao roubo e à ociosidade:

“Y puesto que no quieren ser militares, ni ciudadanos de la República, sino indios viles, ladrones de ganado, animales y de sembrados de agricultura,... los mayordomos los irán remitiendo presos... hasta entregarlos al comandante del cuartel de Lanceros para que de allí sean conducidos a las villas de Costa Arriba, a ser entregados a vecinos capaces de sujetarlos al trabajo, con el rigor que quieren los indios”.<sup>24</sup>

Do mesmo modo, López acusa os padres por seu silêncio e indolência, os outros empregados são acusados de descuidados e inadivertidos.

### **Conclusão e passos seguintes**

As respostas de muitos dos habitantes dos aldeamentos convertidos em “cidadãos” pelo Decreto de 07 de outubro de 1848 foram as fugas, os roubos e a relutância. Eu não as entendo como uma resposta direta ao Decreto, mas sim como resultados das brechas que lhes foram abertas por esse ato. Seguindo a ideia de Michel de Certeau (2000), podemos perceber as táticas colocadas em movimento pela população indígena para desviar o olhar do Estado.

Nós precisamos ainda aprofundar a pesquisa sobre o restante da população, aqueles que não fugiam nem deixavam de realizar os trabalhos que lhes eram destinados pelos administradores. Quais foram as suas táticas de sobrevivência? É possível perceber diferenças entre o modo de agir dos indígenas e o do restante da população camponesa que também viviam do arrendo de terras públicas e se submetiam às exigências do Estado? Qual era o verdadeiro controle do Estado sobre a sociedade? Ele era tão onipresente como se costuma afirmar?

O que está claro é que os habitantes dos aldeamentos não se converteram em um proletariado rural. Eles continuaram cultivando seu pequeno lote de terra como vinham fazendo desde sempre. Olhar a sociedade paraguaia anterior à Guerra do Paraguai a partir desse ângulo leva-nos a ter mais cuidado e não nos referir a ela como um todo homogêneo. O mesmo vale para os antigos aldeamentos. Eles certamente desapareceram como unidade administrativa e não como povoados.

Até o começo da guerra, a documentação nos permite perceber que eles não mudaram muito. Para se ter uma ideia, em janeiro de 1866 (a guerra havia começado um ano antes), o

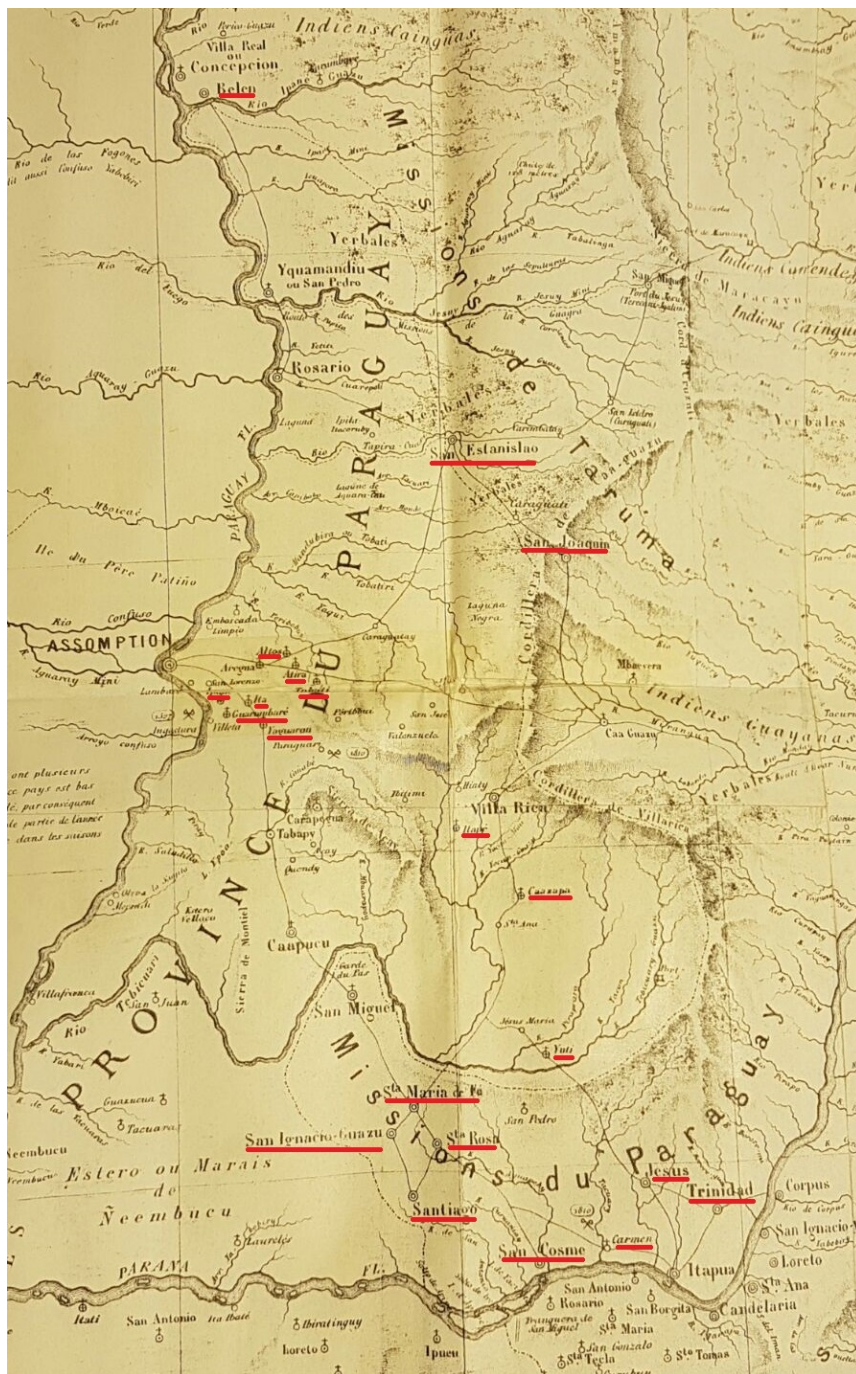
---

<sup>24</sup> ANA, NE 3024.

responsável da escola de Tobati apresentava às autoridades a lista de 30 indígenas “leccionados en las flechas así como en arcos”. Destes 23 ainda tinham, assim como o seu professor, Andrés Arepocó,<sup>25</sup> sobrenome indígena.

## ANEXO I

Mapa dos 21 aldeamentos afetados pelo decreto de supressão



Fonte: MOUSSY, 1857

<sup>25</sup> ANA, SH, 410.5.



ANEXO II  
DECRETO SUPREMO DEL 7 DE OCTUBRE DE 1848

1. De los pueblos del territorio de la República, durante los siglos que cuentan de fundación, han sido humillados y abatidos con todo género de abusos, privaciones y arbitrariedades, y con todos los rigores del penoso pupilaje en que les ha constituido y perpetuado el régimen de conquista.
2. Que demasiado tiempo han sido engañados con la promesa fantástica de lo que llamaban sistema de libertad de los pueblos. Si alguna vez se ha pensado en la libertad que se les ha ofertado ha sido precisamente para desengañarles de un tal esperanza.  
El plan de esa libertad conservaba el ramo de tributos, los cabildos y justicias; establecía una Caja de comunidad: la pensión de destinar todos los indios de cada pueblo, en alguna parte del año, para cultivar los bienes de Comunidad; y además la carga de dos pesos anuales que debían pagar todos los Indios desde la edad de diez y ocho años, hasta la de cincuenta: un reparto de terrenos con la condición de no poder enajenarlos, sino conservarlos para que a la vez puedan incorporarse de nuevo en la comunidad; y por fin, la variación nominal de mayordomos, en lugar de administradores.
3. Que no es compatible con el presente estado de la República, ni el funesto y ruinoso régimen de Comunidad que reprobaban hasta los mismos interesados en perpetuarlos, ni el sistema de libertad, discurrido precisamente para apurar el sufrimiento de los naturales.
4. Que la actual Administración teniendo presente que el gobierno de los Indios ha sido estudiado para perpetuarles en la rudeza; y haciéndose cargo de las dificultades que en semejantes circunstancias que pudiera ofrecer el tránsito repentino de la opresión a la libertad, se ha ocupado constantemente de hacer, mejoras de beneficencia en dichos pueblos, preparándoles al goce y buen uso de sus derechos de libertad.

DECRETA

Artículo Primero

El Supremo Gobierno Nacional usando de las altas facultades que inviste y contando con la aclamación de la república, en el próximo Congreso: declara Ciudadanos de la República a los Indios naturales de los veinte y un pueblos del territorio de la República, a saber, Ypané, Guarambaré, Ita, Yaguarón, Atyra, Altos, Tobati, Belén, San Estanislao, San Joaquín, Itapé, Caazapá, Yuty, Santa María de Fe, Santa Rosa, San Ignacio, Santiago, San Cosme, Trinidad, Jesús y el Carmen, que de la antigua comunidad de Itapúa, hoy Villa de la Encarnación, se ha formado y establecido entre el Caraguatá y el Tacuarí, afluentes del Paraná.

Artículo Segundo

Quedan suprimidos los Cabildos Justicias o Regidores y Administradores de los veinte y un pueblos mencionados.

Artículo Tercero

Se nombrará un Juez de Paz y un Jefe de Milicias en el Distrito de cada uno de los expresados veinte y un pueblos, sobre el mismo pie de ambos oficios en lo demás de la campaña.

Artículo Cuarto

En el distrito de cada uno de dichos pueblos será nombrada por el Supremo Gobierno Nacional una Comisión que en los primeros años de libertad de los naturales, promuevan ellos la conveniente emulación en los trabajos de su agricultura, e industria para agenciar el

mantenimiento de sus familias, y esté a la mira de la continuación, y mejoras de las escuelas de primeras letras, y de los oficios mecánicos que poseen los pueblos.

#### Artículo Quinto

Las Comisiones que establece el anterior Artículo se referirán sobre los objetos de sus encargos, a la Comisión que se nombrará en esta Capital con las órdenes e instrucciones convenientes.

#### Artículo Sexto

En los tres primeros años de libertad de los naturales de los pueblos, a saber, desde el próximo venidero de 1849 no pagarán diezmos, derechos parroquiales, ni la moderada pensión anual impuesta a los arrendatarios de tierras públicas.

#### Artículo Séptimo

Las personas y familias que quieran establecerse en otros partidos, lo podrán verificar con el pase de las autoridades territoriales.

#### Artículo Octavo

Los jóvenes desde la edad de diez y siete años hasta la de treinta y tres, que quieran voluntariamente seguir la carrera de las armas, se presentarán a los jefes de milicias de las respectivas jurisdicciones y estos darán cuenta al gobierno con listas nominales para las ulteriores proveniencias.

#### Artículo Noveno

Las iglesias de las doctrinas quedan destinadas para parroquiales de los respectivos distritos, debiendo transmitirse esta disposición al Reverendo Obispo Diocesano para los fines consiguientes.

#### Artículo Décimo

Los Corregidores y los empleados de los Cabildos de los referidos veinte y un pueblos, recibirán del Tesoro Nacional por una vez, una pensión.

#### Artículo Undécimo

Se declaran propiedades del Estado los bienes, derechos, y acciones de los mencionados veinte y un pueblos de naturales de la República.

#### Artículo Duodécimo

Los Administradores y Corregidores asociándose de los Comisionados de Gobierno, practicarán con la formalidad del juramento y con asistencia de los Cabildos y Tenientes, Corregidores, un Inventario puntual y exacto de los bienes raíces, muebles, y semovientes, y de cualesquiera propiedades, acciones, y créditos de sus pueblos, documentos, libros y papeles útiles, sean los que sean y lo presentarán al Gobierno, dentro de treinta días, para las providencias que convenga tomarse.

#### Artículo Decimotercero

Los Administradores, Corregidores y Tenientes Corregidores, evacuando el inventario que ordena el Artículo anterior formarán un patrón exacto del número de naturales de cada pueblo y lo presentarán al Gobierno.

#### Artículo Decimocuarto

Se nombrará una Comisión que arregle el despacho y archivo de los Inventarios, documentos y papeles útiles de dichos pueblos, y de todo lo que se fuere actuando en consecuencia de esta disposición.

#### Artículo Decimoquinto

El presente Decreto se circulará a los expresados veinte y un pueblos del territorio de la República se publicará por la prensa y se insertará en el Repertorio Nacional.

Dado en la Asunción a siete de octubre de 1848, año N° 39 de la libertad, 38 del reconocimiento explícito de la Independencia por el Gobierno de Buenos Aires, y 36 de la Independencia Nacional. Carlos Antonio López. Benito Varela, Secretario Interino de Gobierno.

Está conforme Benito Varela  
Secretario Interino de Gobierno

#### ANEXO III

##### Lista de indígenas aposentados - ANA, SH, 256.6

Fecha	Lugar	Nombre	Entrega
28/09/1843	San Estanislao 5	José Parapotí Juan Antonio Guariaré Estanislao Arababé Antonio Arami Carlos Aybí	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 10 cabezas de ganado vacuno (incluido 2 bueyes), 2 caballos, 2 yeguas - vestuario completo
08/07/1843	Itá 2+7	Vicente Serapio Cundá Francisco Ignacio Ñaembĩ	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 6 vacas lecheras nuevas, 4 bueyes y 2 caballos de servicio 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes
		(propuestos pero quedan para otra oportunidad) José Vicente Cuibá Paulo Yarubí José Matías Cu... (roto) José Matías Cundí Francisco Antonio Yarubí Juan de Mata Cuzá Pedro Antonio Mainú	Una yunta de lecheras nuevas, una de bueyes y un caballo Un hacha, una azada y un machete
28/09/1843	Itapé 1	Francisco Caichá	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes Un vestuario completo 12 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 2 caballos y 3 yeguas La esposa queda libre de los servicios ordinarios
03/10/1843	Jesús 1+2	Joaquin Araró (corregidor)	2 ½ cuerdas de frente por 8 de fondo 25 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 2 caballos y 3 yeguas Un vestuario completo La esposa queda libre de los servicios ordinarios
		Santiago Guiraguasú Antonio Araberá	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 14 cabezas de ganado vacuno, 2 bueyes, 2 caballos y 2 yeguas

			Un vestuario completo Las esposas quedan libres de los servicios ordinarios
14/08/1843	Caazapá 5+6	José Guahú (corregidor) y a su madre anciana Eustaquio Cababayú (cacique) Santiago Ñeenguiché Mariano Chatú Juan Bautista Siyá	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 12 vacas nuevas, 4 bueyes y 4 caballos Un vestuario completo (al cacique y al corregidor 25 vacas nuevas y a la madre 10 vacas nuevas)
		Francisco Javier Chapí (alcalde 1º) <sup>26</sup> José Yibá (corregidor retirado) Mateo Potí (corregidor retirado) Manuel Mbocapí (cacique) Simón Yarcí Juan de la Cruz Yrepá	12 vacas nuevas, 1 yunta de bueyes y 2 caballos 1 hacha, 1 azada, 1 machete Un vestuario completo (para los dos últimos, en vez de 12, 6 vacas nueva, el resto igual)
02/10/1843	San Cosme 14	Leon Cañumbarí Pedro Advíncula Ñaüvõ Ignacio Guaichó Martín Tamay Francisco Javier Arecandí Carlos Abaricá Manuel Abapó Ignacio Saguari Vicente Saguari León Saguari León Chũã Melchor Guarasayú Cecilio Aracoyí José Guirabé	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 14 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 2 caballos y 4 yeguas Un vestuario completo “Quedando también libres de los servicios ordinarios las esposas de los jubilados”
06/10/1843	Carmen 4+8+1	Clemente Yacaré Dámaso Curundé Vicente Orué Esteban Guaripá Esteban Chĩ Tomás Manurá Francisco Chuiná Victoriano Bairarũ Juan Bairarũ Julián Cumá Eduardo Yaperí Cristóbal Ñengá	para los cuatro primeros: 4 cuerdas de frente por 8 de fondo (a Yacaré 1 cuerda más por 6 de fondo). 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 16 cabezas de ganado vacuno, 2 yuntas de bueyes, 2 caballos y 2 yeguas. Un vestuario completo Para los 8 restantes queda a criterio del corregidor y del cabildo lo que se les ha de entregar y para todos ellos un terreno de 4 por 8 cuerdas “para que en unión puedan trabajar allí”. Quedan libres de servicio las esposas.
		Manuel Arapí, actual corregidor	12 vacas nuevas, 4 bueyes nuevos, y las herramientas que necesite para su uso particular y en otra oportunidad se le dará la jubilación.
03/10/1843	Santa María 12	Ildefonso Cabitú Anselmo Cambí Damián Arapaguí Pedro Ignacio Carupí Pedro Juirai Luciano Sariguá Celidonio Mandicuĩ	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes 20 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 3 caballos y 2 yeguas Un vestuario completo

<sup>26</sup> Dice el texto: “no considerándose capaces de mantenerse con independencia y sin los auxilios necesarios de la comunidad” ANA, SH, 256.6

		Benito Maĩrã Mariano Arecopiché Lucas Ybĩraparĩ Juan Cú Juana Chivé, viuda del corregidor Pedro Ypibé	
02/10/1843	Santiago 6	Celestino Ñaë Vicente Itaqui Ignacio Cuarepotĩ Felipe Santiago Guirabi Cosme Ybĩguá Ramón Mandicú	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes. Un vestuario completo 20 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 3 caballos y 4 yeguas. Excepto a Vicente Itaqui por tener más de 100 cabezas de ganado vacuno, 80 del caballar y 200 del lanar Libres del servicio ordinario las esposas de los jubilados
30/09/1843	Santa Rosa 6	Gabriel Candiguá Plácido Cuyarĩ Tomás Mburú Miguel Mobresaĩ Lineo Yvĩtú Pedro Pablo Itabé	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes. 20 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 3 caballos y 4 yeguas. Un vestuario completo Libres del servicio ordinario las esposas de los jubilados
29/11/1843	Trinidad 20	Victoriano Tibú Mauricio Cumbiyú Inocencio Yrapĩ Simón Canuy José Primo Tirepĩ Juan Cayurĩ Felipe Cumbiyú José Domingo Cherungá Bartolomé Charuahá José Tabacá Francisco Cherungá Martín Cherungá Julián Yarutá Gregorio Cherungá Silverio Charé Atanasio Guarimĩ Fernando Guamá Juan de la Cruz Mburá Calixto Mbayucúa Sebastián Tirepĩ	A los 5 primeros:  2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes. 6 vacas nuevas, 4 bueyes y 2 caballos. Quedando el administrador, corregidor y cabildo a cargo de repartir herramientas, ganado y vestuario al resto. Libres del servicio ordinario las esposas de los jubilados
03/10/1843	San Ignacio 10	Calixto Maningá, corregidor Aniceto Paná, alcalde primero Juan de la Parapó alcalde segundo Francisco Pablo Cayú, mayor de naturales José Domingo Guayucú Pedro Tambopú Eugenio Paré Asencio Tandiucú Justo Paná Francisco Ybandĩ	2 cuerdas de frente por 6 de fondo 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes. 20 cabezas de ganado vacuno, 4 bueyes, 3 caballos y 3 yeguas. Vestuario completo. Libres del servicio ordinario las esposas de los jubilados
22/9/1843	Guarambaré 15	Celestino Mora Lino Taguacú Juan Bautista Piraguá Manuel Frete	Todos insolventes salvo Celestino Mora. A este último: 2 hachas, dos azadas, dos machetes, ocho cabezas de ganado vacuno con inclusión de

		<p>Mariano Ñaguarú Manuel Taguacú Enrique Frete Francisco Güiratĩ Benito Mora Alceario Quintana Agustín Frete Santiago Tanimbú Juan Esteban Cherapá Juan Cristóbal Piraguá Manuel Antonio Reyes</p>	<p>cuatro bueyes, tres caballos, cuatro yeguas, un vestuario completo y dos cuerdas de tierra para sus labores con igual contrafrente y seis cuerdas de fondo Al resto “que por su insolvencia, ancianidad y enfermedad se han excusado a separarse de la comunidad por no considerarse capaces de sostenerse sino a expensas del pueblo se ha servido mandar adjudicarles a cada uno un vestuario completo y que se les pase el mantenimiento diario y atenderles en todas sus urgencias durante su vida, con prevención de que se atienda con preferencia a Lino Taguacú”</p>
22/9/1843	Yaguarón 30	<p>Juan Ignacio Anó José Leandro Curacĩ Juan Pablo Yaharĩ Manuel Yaharĩ Dionisio Yasĩ Amancio Chiã Modesto Guaracayú José Domingo Guaracayú Juan Bautista Yaharĩ Mariano Chapĩ José Ignacio Titi Juan Tomás Pé Agustín Aguay Francisco Yaharĩ Fernando Paré Juan Yaharĩ Marcelo Chacú Francisco Guichĩ Juan Tomás Maningá Fernando Cabú Santiago Yaharĩ Salvador Yaharĩ Asencio Saquarĩ José Lino Guarĩ Juan Esteban Yaharĩ Felipe Satĩ Pedro Regalado Curacĩ Julián Aguay Fermín Guayá Juan José Aguay</p>	<p>Para Juan Ignacio Anó, José Lino Guarĩ y Juan José Aguay, 3x6 cuerdas, Para Anó 15 cabezas de ganado vacuno con 2 yuntas de bueyes, 3 caballos y 4 yeguas. A los tres, 2 hachas, dos azadas, dos machetes y un vestuario completo. A los 27 restantes: 2 hachas, dos azadas, dos machetes, un vestuario y 8 cabezas de ganado vacuno con inclusión de dos bueyes, un caballo y un par de yeguas.</p>
6/10/1843	Tobatĩ 40	<p>Vicente Ignacio Guararĩ Antonio Guaracay José Gabriel Núñez Juan Silvestre Curahĩ Calixto Arepocó Pedro Pablo Núñez José Francisco Taquarĩ José Ignacio Arepocó José Domingo Núñez Fermín Curahĩ José Gregorio Eibebé Pedro Antonio Núñez Francisco Ignacio Guairaré</p>	<p>“adjudicando en propiedad para sus labores a Vicente Ignacio Guairaré, José de la Cruz Yaguareté, Juan Antonio Moropitã y Manuel José Núñez un terreno de tres cuerdas de frente con igual contra frente y ocho cuerdas de fondo de las tierras de la comunidad, facultando al administradores, corregidor y cabildo para repartirles a los otros 37 individuos bueyes, ganados, caballos, yeguas, herramientas y vestuarios con arreglos a sus haberes particulares y</p>

		<p>José Mariano Guaracay  Juan Alberto Eibebé  Rafael Antonio Mbaray  José Agustín Yaguareté  José Roque Mandayé  Blas Antonio Cuatí  José de la Cruz Yaguareté  José Antonio Arepocó  José Agustín Mbaray  Juan Antonio Mboropita  José Luis Guairaré  Ángel Vicente Mbayurí  Juan Francisco Yarabay  Ignacio Tomás Núñez  Francisco Guararay  José Francisco Eibebé  Juan Francisco Taquarí  José Antonio Curahĩ  Ignacio Eibebé  Casimiro Núñez  Manuel José Núñez  Benedicto Mandayé  Juan Norberto Núñez  Juan Andrés Mbayurí  Francisco Venancio Mbayurí</p>	<p>las fuerzas del pueblo para que puedan trabajar y mantenerse en la jubilación, dejando también libres de los servicios ordinarios a las esposas de los jubilados”</p>
28/9/1843	Yutí 6	<p>Hermenegildo Marungá  Luciando Chacureí  Luciano Mbayeyú  José Antonio Mandecú  José Taguarí  Gaspar Cutaró</p>	<p>2x6 cuerdas, 2 hachas, 2 azadas, 2 machetes, un vestuario completo y 20 cabezas de ganado vacuno con inclusión de 4 bueyes, 3 caballos y 4 yeguas.  A Cutaró, 30 cabezas de ganado con inclusión de 4 bueyes,  Declarando libres de servicios ordinarios a las esposas de los jubilados.</p>
8/8/1843	Atirá 8	<p>Juan Vicente Sapi  Vicente Ignacio Paraná  Miguel Mbarayú  Juan Evangelista Chuerí  José María Romero  Miguel Querei  Pedro Pablo Paiba  Pedro Nolasco Tarió</p>	<p>2x6 cuerdas, 2 hachas, 2 azadas y 2 machetes; 12 cabezas de ganado vacuno con inclusión de dos bueyes, cuatro caballos y vestuario completo.  A Mbarayú 24 cabezas de ganado vacuno con inclusión de 4 bueyes, en razón de haber sido corregidor por 10 años y hallarse sin más bienes que un lance de casa pajiza, y 3 bueyes.</p>
19/4/1845	Carmen	Simón Chandí	<p>Era de Loreto, 63 años, casado y sin hijos  Una yunta de bueyes, dos vacas lecheras con cría, un caballo de servicio, un hacha, una azada y un machete, y un vestuario para él y su esposa. Una tierra de labor</p>
10/9/1845	Yaguarón	Juan Yerutá	<p>Oficio de pífano por 25 años, exento de servicios ordinarios, se le señale un lugar de chacarerío, dándole una yunta de bueyes nuevos, otra yunta de lecheras nuevas, y un caballo de servicio.</p>
30/10/1845	Carmen	Matías Zandoval	Pífano por 17 años
8/7/1847	Yaguarón	Vicente Paredes Ramón Guayrayú	<p>Paredes, clarín por 33 años  Guayrayú, clarinete por 27 años</p>

			Una yunta de bueyes nuevos, otra de lecheras nuevas y un caballo de servicio
--	--	--	--

1 liño = 1 cuerda

1 vara = 0,866 (0,8385 dice Du Graty, p. 373)

1 cuerda = 83 1/3 varas = 72,1378 m (69,84705)

1 lance = 8 varas = 6,928 (6,708)

## Referências

ARECES, Nidia. De la independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). En Telesca, Ignacio (coord.), *Historia del Paraguay*, Asunción, Taurus, 4ta edición, 2014, pp. 149-198.

BOIDIN, Capucine. *Guerre et métissage au Paraguay: 2001-1767*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011

BREZZO, Liliana. *La Argentina y el Paraguay 1852-1860*. Buenos Aires: Corregidor, 1997.

BREZZO, Liliana. En el mundo de Ariadna y Penélope: hilos, tejidos y urdimbre Del nacimiento de la historia en Paraguay. En Báez, Cecilio y Juan E. O’Leary. *Polémica sobre la historia del Paraguay*. Asunción: Tiempo de Historia, 2008.

CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870*. Asunción-Buenos Aires: CEADUC-Editorial SB, 2010

CEARTEAU, Michel de. *El arte de lo cotidiano I. Artes de hacer*. México: Universidad Iberoamericana, 2000.

COONEY Jerry y WHIGHAM Thomas 1994. *El Paraguay bajo los López, Algunos ensayos de historia social y política*. Asunción: CPES, 1994.

CREYDT, Oscar. *Formación histórica de la nación paraguaya*. Asunción: Servilibro, 2007.

CHAVES, Julio. *El Presidente López: vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955

FLÓREZ BOLÍVAR, Roicer Alberto. “Indígenas y ciudadanía: el problema de los resguardos en el Estado Soberano de Bolívar, 1863-1875. *Historia y Sociedad*, Vol. 16, 2009, pp. 49-73.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, Las misiones jesuíticas: utopía y realidad. En Juan Carlos Garavaglia, *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987, pp. 119-191

HUNER, Michael, “Sacred Cause, Divine Republic: A History of Nationhood, Religion, and War in Nineteenth-Century Paraguay, 1850-1870”, Doctoral Dissertation, Chapel Hill, 2011.

LÓPEZ, Magdalena. “¿Democracia en Paraguay? Polémicas filosófico-políticas en torno a sucesos recientes en el escenario político social”. Ponencia presentada en el V Taller Paraguay desde las Ciencias sociales, junio 2012, Asunción, Paraguay.

MÉNDEZ, Cecilia. *La república plebeya: Huanta y la formación del Estado peruano, 1820-1850*. Lima: IEP, 2014

MOUSSY, Martín. *Memoria histórica sobre la decadencia y ruina de las Misiones Jesuíticas en el Rio de la Plata*. Paraná: Imprenta del Nacional Argentina, 1857.

O’DONNELL, Guillermo. Algunas reflexiones acerca la democracia, el Estado y sus múltiples caras. Conferencia Plenaria en el XIII Congreso del CLAD, Buenos Aires, 4-7 de noviembre de 2008

OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado Argentino. Origen, progreso y desarrollo Nacional*. Buenos Aires: Planeta. 1997.

PASTORE, Carlos: *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.

PASTORE, Mario. State-Led Industrialisation: The Evidence on Paraguay, 1852-1870. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 26, No. 2 (May, 1994), pp. 295-324

PÉREZ ACOSTA, Juan Francisco. *Carlos Antonio López, obrero máximo de la nación, labor administrativa y constructiva*. Asunción: Editorial Guaraní, 1948.



POTTHAST, Bárbara. *¿“Paraíso de Mahoma” o País de las mujeres”? el rol de la familia en la sociedad paraguaya del siglo XIX*. Asunción: ICPA, 1996.

POTTHAST, Bárbara. *Súbditos, ciudadanos y conciudadanos: ciudadanía y género en Paraguay 1810-1870*. Working Paper Series, nro 5, 2013.

RIVAROLA, Milda. *Vagos, pobres y soldados. La domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX*. Asunción: CPES, 1994.

SCAVONE YEGROS, Ricardo (comp). *Polémicas en torno al gobierno de Carlos Antonio López en la prensa de Buenos Aires 1857-1858*. Asunción: Tiempo de Historia, 2010.

SCHMITT, Peter. *Paraguay y Europa 1811-1870*. Asunción: La Pluma, 1990.

SCHVARTZMAN, Mauricio. *Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya*. Asunción: CIDSEP, 1988

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2010.

SUSNIK Branislava *Una visión socioantropológica del Paraguay del siglo XIX*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1992.

WHIGHAM, Thomas. *Paraguay's Pueblos de Indios: Echoes of Missionary Past*. En Erick Langer and Robert H. Jackson (ed.). *The new Latin American Mission History*. Lincoln: University of Nebraska, 1995, pp. 157-188.

WILLIAMS, John Hoyt. *Rise and fall of the Paraguayan Republic, 1800-1870*. Austin: Institute of Latin American Studies. The University of Texas, 1979.

Recebido em 15/11/2017

Aceito em 05/01/2018